



**WENDELL LUIZ LINHARES
(ORGANIZADOR)**

A EDUCAÇÃO FÍSICA EM FOCO 3

Wendell Luiz Linhares
(Organizador)

A Educação Física em Foco 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	A educação física em foco 3 [recurso eletrônico] / Organizador Wendell Luiz Linhares. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Educação Física em Foco; v. 3) Formato: PDF. Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-451-1 DOI 10.22533/at.ed.511190507 1. Educação física – Pesquisa – Brasil. I. Linhares, Wendell Luiz. II. Série. CDD 613.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Com o passar do tempo, a Educação Física tem demonstrado cada vez mais ser uma disciplina, a qual, se caracteriza por uma configuração multifacetada, possibilitando o diálogo, não só com a área do conhecimento biológica, mas também, com a das humanas e sociais. Compreender a importância desta interdisciplinaridade é um grande desafio para o profissional da Educação Física.

A obra “A Educação Física em Foco 2 e 3 ” é um e-book composto por 32 artigos científicos, os quais estão divididos por dois eixos temáticos. No primeiro intitulado “Educação Física Escolar, Formação e Práticas Docentes” é possível encontrar estudos que apresentam aspectos teóricos e empíricos do contexto escolar e como esses influenciam a prática docente. Ainda, é possível verificar relatos de experiências sobre atividades que contribuíram na profissional do indivíduo. No segundo eixo intitulado “Políticas Públicas, Saúde, Esporte e Lazer na Educação Física”, é possível verificar estudos que apresentam desde aspectos biológicos e fisiológicos relacionados ao exercício físico, até os que discutem a proposição e aplicação de políticas públicas voltadas para o esporte e lazer.

O presente e-book reúne autores de diversos locais do Brasil e, por consequência, de várias áreas do conhecimento, os quais abordam assuntos relevantes, com grande contribuição no fomento da discussão dos temas citados anteriormente.

Portanto, é com entusiasmo e expectativa que desejo a todos uma boa leitura.

Wendell Luiz Linhares

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DO MAPEAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER, EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA PARA PESQUISAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA: O CASO DA CIDADE DE AMARGOSA-BA	
Anália de Jesus Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.5111905071	
CAPÍTULO 2	12
AÇÕES PROPOSTAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA A IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA NA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	
Lilian Raquel Werner Luiz Fernando Reis	
DOI 10.22533/at.ed.5111905072	
CAPÍTULO 3	25
CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E INFLUÊNCIA DA CAPACIDADE AERÓBIA SOBRE O ÍNDICE DE FADIGA EM ATLETAS DE BADMINTON DURANTE PRÉ-TEMPORADA	
Susana Padoin Lilian Keila Barazetti Cassiane Lui	
DOI 10.22533/at.ed.5111905073	
CAPÍTULO 4	36
COMPARAÇÃO DA % DE GORDURA CORPORAL E DO IMC EM UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO TRANSVERSAL	
Thiago do Nascimento Santana de Almeida Larissa Domingues Batista Stéfani Maria Ribeiro Jonas Alves de Araujo Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5111905074	
CAPÍTULO 5	39
DESEMPENHO MOTOR NO TESTE DE VELOCIDADE DE DESLOCAMENTO EM ESTUDANTES DO SEGUNDO ANO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA-BACHARELADO	
Nathalia Gabrielle Dallacort Alberto Saturno Madureira	
DOI 10.22533/at.ed.5111905075	
CAPÍTULO 6	44
EDUCAÇÃO FÍSICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE: RELAÇÕES HISTÓRICAS	
Luciana Santos Collier Cláudia Teresa Vieira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5111905076	
CAPÍTULO 7	60
ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA: POLÍTICAS PÚBLICAS, SUBSÍDIOS E GESTÃO	
Rafael Gomes Sentone Fernando Renato Cavichioli	
DOI 10.22533/at.ed.5111905077	

CAPÍTULO 8	76
EXPERIÊNCIAS DE VOLUNTARIADO NOS JOGOS PARALÍMPICOS UNIVERSITÁRIOS E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Debora Gambary Freire Batagini	
Rubens Venditti Júnior	
Suelen Cristina Cordeiro	
Taís Pelição	
Letícia do Carmo Casagrande Morandim	
Rômulo Dantas Alves	
Luiz Gustavo Teixeira Fabrício dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5111905078	
CAPÍTULO 9	90
INFLUÊNCIA DA OBESIDADE NA RESPOSTA CARDIORRESPIRATÓRIA, VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA E PRESSÃO ARTERIAL DURANTE O EXERCÍCIO FÍSICO	
Pedro Victor Nogueira de Souza	
Alexandre Lima de Araújo Ribeiro	
Daniele Bueno Godinho Ribeiro	
Ricardo Flávio de Araújo Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5111905079	
CAPÍTULO 10	98
INICIAÇÃO E ADERÊNCIA À PRÁTICA DO TREINAMENTO PERSONALIZADO <i>ONLINE</i> : FOCO NA ATUAÇÃO DE TREINADORES E CLIENTES	
Gustavo Lima Isler	
Cássio José Silva Almeida	
Afonso Antônio Machado	
DOI 10.22533/at.ed.51119050710	
CAPÍTULO 11	110
JOVEM DE EXPRESSÃO: QUANDO A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PROMOVE NOVAS FORMAS DE LINGUAGENS	
Claudia Candida de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.51119050711	
CAPÍTULO 12	117
MEDIDAS DA PERFORMANCE DECISÓRIA ENTRE GRUPOS DE PERSONALIDADE OPOSTA NO CONTEXTO DE JOVENS TENISTAS	
Tatiana Lima Boletini	
Cristina Carvalho de Melo	
Camila Cristina Fonseca Bicalho	
Franco Noce	
DOI 10.22533/at.ed.51119050712	
CAPÍTULO 13	122
MODULAÇÕES EPIGENÉTICAS, EXERCÍCIO FÍSICO E ENVELHECIMENTO	
Otávio Augusto Soares Machado	
Renata Gorjão	
DOI 10.22533/at.ed.51119050713	
CAPÍTULO 14	138
PERCEPÇÕES DE DETERMINANTES BIOCULTURAIS DA ATIVIDADE FÍSICA E ASSOCIAÇÃO COM	

CAPÍTULO 15 152

PERFIL DA UTILIZAÇÃO DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR EM ADULTOS PRATICANTES DE TREINAMENTO RESISTIDO

Júlio César Chaves Nunes Filho

Robson Salviano De Matos

Matheus Magalhães Mesquita Arruda

Mateus Alves Rodrigues

Thiago Bezerra Lopes

Marília Porto Oliveira Nunes

Elizabeth De Francesco Daher

DOI 10.22533/at.ed.51119050715

CAPÍTULO 16 160

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ESPORTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LOANDA

Cássio Joaquim Gomes

DOI 10.22533/at.ed.51119050716

CAPÍTULO 17 168

PROJETO TUDO JUNTO E MISTURADO – O NASCIMENTO DA GINÁSTICA PARA TODOS NA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Annelise Link

Paulo Henrique Anselmo Farias

Renata Ramos Goulart

DOI 10.22533/at.ed.51119050717

CAPÍTULO 18 172

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO DO YOGA NO CONTROLE DE ESTRESSE E ANSIEDADE EM BAILARINOS NA FASE PRÉ- ESPETÁCULO

Laíssa Pierotti Avallone

Silvia Deutsch

Amanda Cristina Faria

DOI 10.22533/at.ed.51119050718

CAPÍTULO 19 189

RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS EM SAÚDE

Arnildo Korb

Maria Sabrina Telch dos Santos

Suellen Fincatto

Saionara Vitória Barimacker

Leila Zanatta

Danielle Bezerra Cabral

Tatiani Todero

Ana Luisa Streck

Sandra Mara Marin

Maria Luiza Bevilaqua Brum

DOI 10.22533/at.ed.51119050719

SOBRE O ORGANIZADOR..... 199

RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS EM SAÚDE

Arnildo Korb

Universidade do Estado de Santa Catarina –
UDESC, Chapecó, SC, Brasil.

E-mail: arnildo.korb@udesc.br

Maria Sabrina Telch dos Santos

Universidade do Estado de Santa Catarina –
UDESC, Chapecó, SC, Brasil.

Suellen Fincatto

Universidade do Estado de Santa Catarina –
UDESC, Chapecó, SC, Brasil.

Saionara Vitória Barimacker

Universidade do Estado de Santa Catarina –
UDESC, Chapecó, SC, Brasil.

Leila Zanatta

Universidade do Estado de Santa Catarina –
UDESC, Chapecó, SC, Brasil.

Danielle Bezerra Cabral

Universidade do Estado de Santa Catarina –
UDESC, Chapecó, SC, Brasil.

Tatiani Todero

Universidade do Estado de Santa Catarina –
UDESC, Chapecó, SC, Brasil.

Ana Luisa Streck

Universidade do Estado de Santa Catarina –
UDESC, Chapecó, SC, Brasil.

Sandra Mara Marin

Universidade do Estado de Santa Catarina –
UDESC, Chapecó, SC, Brasil.

Maria Luiza Bevilaqua Brum

Universidade do Estado de Santa Catarina –
UDESC, Chapecó, SC, Brasil.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o conceito de meio ambiente, e que era relacionado aos seus aspectos naturais, foi sofrendo transformações. A noção de que o ser humano se transforma à medida que transforma o meio ambiente tem sido internalizada pelas sociedades contemporâneas. Essa é um dos motivos pelas transformações conceituais. Trata-se de um fenômeno dialético, assim, como vem ocorrendo com o conceito de saúde. Essas transformações resultam do processo científico, econômico, político e, principalmente, educativo (ALMEIDA, 2015). Portanto, as representações sociais sobre meio ambiente estão diretamente relacionadas aos determinantes socioeconômicos e culturais.

Em sua geografia crítica, Milton Santos, nos leva a reconhecer o ambiente como um espaço humano, espaço de vida e trabalho, sendo o lugar das relações humanas e da construção social (SAQUET e SILVA, 2008).

Quanto ao meio ambiente, alguns conceitos procuram defini-lo, como o de Vargas (2005) para quem o meio ambiente “é uma produção social, não apenas natureza; é o espaço de diversos conflitos e interesses econômicos, políticos e sociais ao longo da história da sociedade” (VARGAS, 2005, p.13).

E, Santos (2008), que o trata como o produto das relações entre Homem e a natureza e que são na verdade as relações de sociedade com a sociedade. Os autores afirmam, ainda, que o meio ambiente deve integrar aspectos políticos, econômicos, culturais e socioambientais (KORB, 2009).

Uma das formas de aproximação da área da saúde com a abordagem às problemáticas socioambientais relaciona-se com a promoção da saúde, pois ela é um processo, através do qual a população se capacita e busca os meios para controlar os fatores que favorecem seu bem estar e os da comunidade, ou que a põe em risco, tornando-a vulnerável ao adoecimento e prejudicando sua qualidade de vida. Além disso, pontua como cinco áreas prioritárias de ação, elaboração de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes favoráveis, fortalecimento da ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança no estilo de vida e reorientação nos serviços de saúde (CAMPONOGARA, 2012).

Na perspectiva do capital social o conceito de saúde e de ambiente está diretamente relacionado no âmbito social e na condições de vida que possibilitam a reprodução social da saúde. O capital social pode ser definido em nível individual ou do grupo. Em nível individual, o capital social está associado ao acesso e à utilização dos recursos que permeiam as redes sociais, bem como ao poder social do indivíduo, que se utiliza de seus contatos e dos recursos mobilizados pela rede para promover seus interesses. A falta de capital social determina um ambiente que não propicia as condições para o acesso aos recursos necessários à qualidade de vida e saúde (JUNGES, 2013).

A área da saúde está diretamente relacionada a biologia humana, nos fatores genéticos herdáveis e relacionados, em muitos aspectos aos fatores de envelhecimento, nos quais interfere os elementos do meio ambiente, como o solo, a água e o ar, e nos aspectos sociais destes, a moradia, o local de trabalho, o estilo de vida dos quais resultam deliberações que afetam a saúde. Hábitos relacionáveis, o tabagismo, o alcoolismo, atividades físicas, a assistência médica são componentes da saúde e relacionáveis elementos, como água potável e alimentos de qualidade (SCLIAR 2007).

Autores, como Camponogara (2012) afirmam, que o atual momento é de crise ambiental, que vai além da ecológica, mas assume caráter social, econômica, política e cultural. O aquecimento global e a extinção de seres vivos ampliam esse cenário de catástrofes.

O uso intenso dos recursos naturais decorrentes da industrialização, da urbanização e da explosão demográfica, modificou os costumes das pessoas e das relações dessas com a natureza. Essas modificações geraram as discussões em torno da necessidade de reeducar para o cuidado com o meio ambiente, para formar atitudes positivas em relação à natureza, a partir de uma postura crítica da realidade e de medidas concretas que possam alterar o rumo da degradação ambiental, física, social e cultural (QUEIROZ, 1997 apud REIS e BELLINI, 2011).

Na esteira desse processo, segundo Adams (2012) está o consumismo e a

atual lógica de desenvolvimento econômico que sobrecarrega os ecossistemas. Uma mudança nessa perspectiva, requer promover alterações na cultura de perceber o meio ambiente e educação. Por isso, altos níveis de escolarização são importantes, e, provavelmente, reina aí umas das razões da emergência de riscos socioambientais em populações comprometidas socioeconomicamente. Segundo o censo do IBGE, de 2010, 9% da população maior de 10 anos no Brasil não era alfabetizada, isso era equivalente a 18 milhões de brasileiros (BRASIL, 2010).

Em relação ao meio ambiente e a educação, Reigota (2010) afirmou que é necessário mudar a forma de se fazer educação, não mais relacionada apenas à transmissão de conhecimento sobre ecologia. Nas ações educacionais que envolvam o cuidado com o meio ambiente deve estar presente a preocupação com produzir conhecimento, ou seja, a cientificidade.

No caso brasileiro, o começo da crise ocorreu no encontro entre a cultura europeia e a indígena, e a partir daí foram se externaram essas diferenças entre concepções de homem e natureza. Para Reigota (2010) o cidadão deve receber educação que incentive interagir com culturas diferentes. E, essas diferenças se alargaram no contexto da globalização econômica nas últimas décadas, para a quais a educação brasileira não se preparou para incorporá-la. Beserra, Alves, Pinheiro e Vieira (2010) reforçam a necessidade da integração entre educação e ecologia para o cuidado com o meio ambiente de modo que possam ser pensada a educação em saúde. A enfermagem está diretamente relacionada ao cuidado humano e, o preocupa-se com o bem estar do indivíduo, da família e da comunidade, necessita considerar o ambiente com um fator determinante à saúde humana.

Diante do exposto, de que a promoção da saúde somente poderá ser articulada com o cuidado com o meio ambiente, o enfermeiro pode contribuir no processo informal de educação ao orientar sobre o uso correto dos recursos naturais, uso apropriado das novas tecnologias em saúde e no setor produtivo, de modo que riscos socioambientais possam ser reduzidos.

Essa contribuição na educação necessita de ser de tamanha intensidade que promova a reflexão sobre os hábitos e costumes inapropriados, afim de que a cultura desta população possa sofrer profundas mudanças, especialmente em relação a as posturas éticas, de solidariedade, de consciência cidadã, e de compromisso social, atuando de forma responsável com o meio ambiente.

Como pode ser observado, não existe consenso sobre a definição de meio ambiente. Alguns ecologistas entendem o meio ambiente como os meios bióticos e abióticos. Em relação a esta polissemia, o dicionário francês de ecologia o caracteriza como o homem integrante do meio ambiente, portanto, inseparável. No dicionário enciclopédico de psicologia, é tudo que circunda o indivíduo ou grupo, e, de uma forma ou de outra, acaba exercendo pressão sobre ele, o qual reage de maneira própria. No dicionário Aurélio ambiente é o que cerca ou envolve os seres vivos. Para Reigota (2010) meio ambiente é o lugar determinado, o percebido onde os elementos

naturais e sociais estão em relação dinâmica e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológico, além, de processos históricos e sociais de transformação dos ambientes naturais e artificiais produzidos pelo ser humana.

A seguir, apresentaremos, no primeiro item, conceitos e reflexões acerca de **Riscos socioambientais**, e em um segundo item, com a mesma intensidade, discussões teóricas sobre **Vulnerabilidades socioambientais** no contexto da saúde humana.

2 | RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

As primeiras noções de risco surgiram na antiguidade, na Babilônia, no vale dos rios Tigre e Eufrates (3200 A.C) (CUTTER, 1993). E, também, situações de envenenamento por substâncias naturais foram registradas e colocadas neste contexto de risco. Em outros contextos, a noção de risco e perigo sempre fez parte do cotidiano das pessoas, porém, estudos mais relevantes, sobre risco data do os primeiros estudos modernos sobre riscos tratam do início do século XX, e tiveram sua gênese na geografia física, ao focar os perigos naturais e os desastres por eles ocasionados (ALMEIDA, 2015). Para o autor, risco é produto de uma construção social, originado inicialmente da percepção humana a partir dos tipos de conhecimentos internalizados na cultura. Portanto, estas percepções são diversas quanto os riscos.

No dicionário da língua portuguesa Aurélio (2009) a palavra risco significa “perigo, inconveniente”, também traz a expressão “correr o risco” com o significado de “estar exposto a perigo” (DICIONÁRIO AURELIO, 2009 p. 1764).

Na atualidade, a expressão risco denota diferentes significados. Um deles, e mais utilizado, é o de risco como probabilidade de um perigo e que pode ser previsto. Outro, é o de **risco ambiental**, semelhante em alguns aspectos ao primeiro. Seus efeitos decorrem das ações humanas e, na maioria das vezes, provocam situações potencialmente perigosas à vida e ao ambiente (VARGAS, 2007).

Segundo Esteves (2011) o risco ambiental está associado aos acidentes naturais, segurança pessoal, saúde, condições de habitação, trabalho, transporte, entre outros. Enfim, ao cotidiano das sociedades contemporâneas, com ameaças individuais ou coletivas (UMBELINO, 2006 in ESTEVES, 2011). Seguindo essa perspectiva de risco, em inúmeros lugares, se acentuarão as doenças respiratórias em decorrência da poluição e doenças infecciosas, em grupos de risco.

Outro conceito para risco ambiental, é análogo ao de risco natural, que está relacionado aos processos e eventos de origem natural ou induzidas por atividade humana (NICOLODI e PETERMANN, 2010).

E, em **risco social**, são percebidas as carências sociais que interferem no pleno desenvolvimento humano e que contribuem para a degradação das condições de vida. A manifestação mais aparente de riscos sociais está nas condições de habitabilidade, expressada na dificuldade de acesso aos serviços básicos, tais como água tratada e

saneamento (NICOLODI e PETERMANN, 2010). O risco também pode ser definido como objeto social, e que, segundo Veyret (2007), ele existe apenas em relação a um indivíduo e a um grupo social ou profissional, uma comunidade, uma sociedade que o apreende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos (VEYRET, 2007).

Alguns acontecimentos podem ser considerados como **risco ambiental**, a destacar: deslizamentos, enchentes/inundações, as diversas formas de contaminação, seja por via atmosférica ou hídrica, ou ainda as decorrentes do contato com o lixo, entre outras. A possibilidade de perdas, que é inerente ao risco, incluído aí o ambiental, possui uma dimensão espacial. Assim, um evento desastroso pode resultar em danos materiais, doenças e até perda de vidas humanas em sua área de ocorrência (ESTEVES, 2011).

O risco, enquanto objeto social, define-se como a percepção do perigo, da catástrofe possível. Ele existe apenas em relação a um indivíduo e a um grupo social, profissional, uma comunidade, uma sociedade que o apreende por meio das representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Correm-se riscos que são assumidos, estimados, recusados, avaliados e calculados (VEYRET, 2007).

Barra et al (2010) afirmam ser imprescindível que as pessoas reconheçam o risco, reconheçam-no e evitem-no, porém os fatores que as predispõem nem sempre podem ser evitados pelo sujeito. Alimentação deficiente, analfabetismo ou escolaridade precária, má distribuição da riqueza, condições de trabalho desfavorável, condições sanitárias precárias, são muitos desses fatores predisponentes ao risco. Acrescentam-se, ainda, a violência urbana, o desemprego, as profundas desigualdades sociais, as relações de gênero e poder, a ausência do estado e de políticas públicas em diversos espaços sociais, fatores que influenciam no processo saúde-doença. Quando as condições de vida não são favoráveis, podem essas se tornar em fatores determinantes de riscos socioambientais e predisponentes as infecções, como as ITU.

A desigualdade social, política e econômica praticadas no Brasil influenciam diretamente na dinâmica familiar e, conseqüentemente, no aumento do número de pessoas em situação de risco social e pessoal. A maior parte da população brasileira é carente de bases mínimas que atendam às necessidades de alimentação, moradia, saneamento, emprego e salário digno para garantir condições básicas de vida saudável (PESSALACIA, MENEZES, MASSUIA, 2010).

Apresentados alguns conceitos sobre risco ambiental e social, a questão primordial para o contexto desta pesquisa é conceituar **risco socioambiental**. Mendonça (2010) o caracteriza nos espaços urbanos como dizendo

[...] aos fenômenos imbricados de contingências naturais e sociais que desestabilizam as condições de vida das sociedades urbanas; eles evidenciam elementos e fatores de ordem natural (ambiental) e social (cultural, política,

econômica e tecnológica). Uma das principais dimensões dos riscos, e de interesse das sociedades, é sua expressão espacial, ou seja, os riscos são espacial e temporalmente datados [...]. É esta condição que evidencia a concepção dos riscos socioambientais como problemática complexa pois, sem o envolvimento do interesse social nos riscos naturais, por exemplo, eles permanecem no campo da dimensão física e da materialidade do universo, cuja dinâmica natural é marcada por alterações e mudanças que se processam tanto de maneira lenta quanto rápida ou catastrófica, na sua quase totalidade fora da percepção humana (MENDONÇA, 2010).

O controle dos riscos em saúde, um dos elementos centrais do processo de civilização, tem representado um esforço na busca da proteção contra as ameaças à vida humana. Portanto, a gestão dos riscos está diretamente relacionada à promoção da saúde. Em busca da promoção da saúde e prevenção das doenças, a enfermagem tem atuado de modo intenso com a população, desempenhando seu papel de educadora em saúde nos diferentes níveis de atenção. Sua atuação profissional visa a orientar e estimular a participação dos sujeitos em ações que promovam melhores condições de vida e saúde (BARRA et al, 2010).

3 | VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS

A vulnerabilidade pode ser entendida como a probabilidade de o indivíduo ou grupo ser afetado negativamente por contaminação via elementos da natureza (DESCHAMPS, 2004), nesse caso, descreve-se como a **vulnerabilidade ambiental**. Em termos gerais, a vulnerabilidade pode ser entendida como a suscetibilidade por parte do ser humano a um perigo ou dano (BRAGA; OLIVEIRA; GIVISIEZ, 2006). Assim, a vulnerabilidade envolve **um conjunto de fatores que pode diminuir ou aumentar os riscos no qual o ser individual, ou em grupo**, está exposto. Essas podem decorrer, por exemplo, a perda das condições de renda, como o desemprego, despesas não esperadas e doenças. A capacidade de reação à dificuldade de adaptação ao efeito dos riscos está associada às implicações sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas que se vincula diretamente à condição de pobreza (MENDONÇA, 2004). Geralmente, os grupos mais pobres da sociedade, além de estarem indefesos, econômica e socialmente, são mais vulneráveis, pois carecem de fontes externas de apoio, tanto privado, quanto público. Paralelamente, os efeitos da pobreza em alguns grupos, os expõe com maior intensidade aos riscos. De forma geral, negros, mulheres e homossexuais são os mais vulneráveis. Entre esses as mulheres negras, pobres, são as mais atingidas em virtude da discriminação. Nesse caso, utiliza-se o conceito de **vulnerabilidade social**, que é definida como uma situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Essas oportunidades constituem uma forma de ascender a mais altos níveis de bem estar ou de diminuir a probabilidade de deterioração de vida (ESTEVES, 2011).

De modo geral, a vulnerabilidade pode ser entendida como a suscetibilidade, por

parte do ser humano a um perigo ou dano (BRAGA, OLIVEIRA, GIVISIEZ, 2006). Assim, a vulnerabilidade envolve um conjunto de fatores que pode diminuir ou intensificar riscos no qual o ser humano ou grupo, estão expostos nas diversas situações cotidianas, como inundações, deslizamentos, desemprego, gastos inesperados, doenças, marginalização social, crise econômica, entre outras (ESTEVES, 2011).

Vulnerabilidade pode, também, ser definido na presença de fatores de risco, como a incapacidade de reação ao risco. E, segundo Chambers (1989), citado por Alves (2013), a vulnerabilidade tem um lado externo de riscos, choque e estresse a que os indivíduos estão expostos, e um lado interno, este último representa a falta de capacidade e meios para responder de forma adequada e se recuperar de choques externos e estresse.

Carneiro e Veiga (2004) citado por Jankzura (2012) afirmam que a pobreza representa a primeira aproximação à exposição a riscos, principalmente em contextos em que famílias pobres não contam com rede pública de proteção social como acesso a bens e serviços básicos. A ausência de recursos materiais alimentará outras fragilidades: baixa escolarização, condições precárias de saúde e de nutrição, moradias precárias em locais ambientalmente degradados e condições sanitárias inadequadas. Famílias e pessoas em tais condições de vida disporão de um repertório mais reduzido para enfrentar as adversidades (JANCZURA, 2012).

Alves (2013) destacou que a associação entre pobreza e exposição aos riscos ambientais condicionam a alto coeficiente de vulnerabilidade. E estas áreas de alta vulnerabilidade socioambiental concentram populações com piores condições socioeconômicas, e também possuem maior número de crianças e jovens.

O comportamento dos sujeitos está diretamente relacionada a sua vulnerabilidade e a predisposição, ou mesmo resposta pouco eficiente à situação. O baixo nível socioeconômico é um dos fatores de risco para o desenvolvimento social e psicológico. Os fatores de risco são operados em famílias numerosas, falta de um dos genitores, com baixo nível socioeconômico, e escolaridade (JANCZURA, 2012)

A vulnerabilidade é uma desvantagem que afeta muitas pessoas, logo, as mais vulneráveis são sujeitos incapazes de proteger seus próprios interesses. Os mesmos apresentam insuficiência dos atributos necessários à proteção dos seus interesses, tais como: recursos, educação e inteligência. A principal característica da vulnerabilidade seria a limitação de capacidade devido à impedimentos como sofrer de grave deficiência sensorial que impeça a compreensão, não dominar uma língua fluentemente, transtorno psiquiátrico agudo ou crônico, entre outros. Existe vulnerabilidade quando ocorre desinteresse do indivíduo em relação a situações de perigo, falta de acesso a serviços e/ou informações e falta de autoconfiança para sustentar ou implementar mudanças no próprio comportamento. Um sujeito pode tornar-se menos vulnerável se for capaz de reinterpretar criticamente mensagens sociais que podem colocá-lo em situações de desvantagem ou desproteção, mas a sua vulnerabilidade pode aumentar se o mesmo não tem oportunidades de interpretar

as mensagens emitidas ao seu redor (PESSALACIA, MENEZES, MASSUIA 2010).

A vulnerabilidade socioambiental está diretamente associada aos riscos desta decorrentes dos fatores socioambientais. As contingências apresentadas por Mendonça (2010), quando destaca os riscos socioambientais, são similares, como as sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas, entre outras. E, que elas explicitam diferentes condições de exposição e de fragilidade de grupos sociais aos riscos. Dito de outra maneira, a vulnerabilidade socioambiental urbana evidencia a heterogeneidade dos impactos advindos dos riscos que se abatem sobre uma dada população, constituindo ambos (risco e vulnerabilidade socioambiental urbana). Torna-se quase inócuo, no presente, tratar somente dos riscos aos quais as populações urbanas estão submetidas, pois eles se explicitam diferente sobre as sociedades, donde entender que um par intrínseco, dialético e inseparável se forma entre risco e vulnerabilidade (MENDONÇA, 2010).

Estratégias preventivas locais reconhecem o direito do ser humano de viver em um ambiente saudável de modo que o sujeito possa ser orientado sobre os fatores de risco que constituem os **riscos ambientais** em relação a saúde, bem-estar e sobrevivência, e dos cuidados na preservação do meio ambiente da saúde (SILVA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões presentes nesse texto sobre riscos e vulnerabilidades podem ser aplicadas nos diferentes contextos de debates socioambientais sobre saúde humana. Essa, pelo menos, é uma das expectativas depositadas pelos autores ao se debruçarem na escrita desse artigo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. da S.; VILAS BOAS, I. F. AMARAL, C. L. F.. Abordagem das dimensões conceituais, procedimental e atitudinal da temática meio ambiente em livros didáticos de ciências com base nos parâmetros curriculares nacionais. Bahia: Revista eletrônica de biologia, v. 8, n. 1, 2015. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/reb/article/view/15466/16654> Acesso em: 07 jun 2015

ALVES, H. P. da F.. Análise da vulnerabilidade socioambiental em Cubatão-SP por meio da integração de dados sociodemográficos e ambientais em escala intraurbana. Rio de Janeiro: R. bras. Est. Pop., v. 30, n. 2, p. 349-366, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30n2/02.pdf> Acesso em: 02 mar 2016.

BARRA, D. C. C. et al. Processo de viver humano e a enfermagem sobre a perspectiva da vulnerabilidade. Acta Paul Enferm, v. 23, n. 6, p. 831-836, 2010. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/acta/pdf/v23/n6/v23n6a18.pdf> Acesso em: 11 abr 2016.

BESERRA, Eveline Pinheiro et al. Educação ambiental e enfermagem: uma integração necessária. Brasília: Revista brasileira de enfermagem, v. 63, n. 5, 2010. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n5/26.pdf>. Acesso:07 jun 2015.

BRAGA, T. M.; OLIVEIRA, E. L.; GIVISIEZ, G. H. N. Avaliação de metodologias de mensuração de risco e vulnerabilidade social a desastres naturais associados à mudança climática. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, v.20, n.1, p.81-95, jan./mar. 2006. Disponível em: . Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. Instituto brasileiro de geografia e pesquisa: você sabia que o número de brasileiros que não sabem ler e escrever esta diminuindo no Brasil?. 2010. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/educacao.html> Acesso em: 1 mai 2016.

CAMPOGARA, S.. Saúde e meio ambiente na contemporaneidade: o necessário resgate do legado de Florence Nightingale. Escola Ana Neri, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452012000100024&script=sci_arttext> acesso: 07 jun 2015.

CUTTER, S. L. Vulnerability to environmental hazards. Progress in Human Geography- pg. 529-539. 1996 . Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/030913259602000407>. Acesso em 03/04/2019

DESCHAMPS, M. V. Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Curitiba/PR. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/531>. Acesso em: 10 junho 2016.

ESTEVEZ, C.; OLIVEIRA J. de. Risco e vulnerabilidade socioambiental: aspectos conceituais. Curitiba: Caderno IPARDES. v. 1, n. 2, p.62-79, 2011. <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/view/421/353> Acesso em : 05 jun 2015

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? Porto Alegre:Textos & Contextos, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012 Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173/8639>. Acesso em: 11 abr 2016.

JUNGES, J. R; BARBIANI, R. Interfaces entre território, ambiente e saúde na atenção primária: uma leitura bioética. Revista bioética, 2013. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n2/a03v21n2.pdf>> acesso: 07 jun 2015.

KORB, A; CLARO, SOARES.J. A. Saúde ambiental: concepções e interpretações sobre meio ambiente e sua relação com a saúde humana, 2009. Disponível em:< <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT4-610-808-20100814150548.pdf> > Acesso em: 21 abr 2016.

MENDONÇA, F. Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos a contingência climática. Paraná: Mercator, v.9, n.1, p. 153-163, 2010. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/538/303> Acesso em: 22 mai 2016.

NICOLODI, J. L; PETERMANN R. M.. Mudanças climáticas e a vulnerabilidade da Zona Costeira do Brasil: Aspectos ambientais, sociais e tecnológico. Univalde. Rev. Da gestão costeira integrada. v.10, n.2, p. 151-177, 2010. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/pdf/3883/388340129001.pdf> > Acesso em: 14 abr 2015.

PESSALACIA, J. D.R.; MENEZES, E. S. de; MASSUIA, D. A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. São Camilo: Revista Research Report, v.4, n.4, p. 423-430, 2010. Disponível em: < http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/80/Bioethikos_423-430_.pdf> Acesso em: 11 abr 2016.

REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representações sociais. 8º ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

REIS, S. L. de A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. Maringá: Acta Scientiarum. Human and social sciences, v.33, n° 2, p. 149-159, 2011. Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/10256/pdf> Acesso em: 2 mar 2016.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da. SANTOS, M. Concepções de geografia, espaço e território. Francisco Beltrão: Geo UERJ, v.2, n.18, 2008. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179> Acesso em: 16 mai 2016.

SCLIAR, M.. A história do conceito de saúde. Rio de Janeiro: Revista saúde coletiva, v.17, n.1, 2007 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03>> acesso em: 08 jun 2015

SILVA, S. DIAS É. da et al. SILVA, V. A.; LORETO, M. das D. S. Constituição cidadã e representações sociais: uma reflexão sobre a atenção primária ambiental e saúde da família: a necessidade da intersetorialidade. Serviço social & realidade Franca, v 19, n° 1, 2010 Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/436>> acesso em: 08 jun 2015.

VARGAS, L. A.; OLIVEIRA, T. F. V. de. Saúde, meio ambiente e risco ambiental: um desafio para a prática profissional o enfermeiro. Rio de Janeiro: Revista Enfermagem UERJ, v. 15, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v15n3/v15n3a21.pdf> Acesso em: 07 jun 2015.

VEYRET, Y. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. 1. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

SOBRE O ORGANIZADOR

WENDELL LUIZ LINHARES Possui graduação plena em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI (2011), especialização “Lato Sensu” em Educação e Gestão Ambiental pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco (2011). Em 2016 concluiu sua segunda graduação, sendo o curso de licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e em 2019 se tornou Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG). Seus estudos têm como objeto o Esporte, sobretudo, o Futebol, tendo pesquisado suas diversas manifestações durante a graduação e pós-graduação. Atualmente têm desenvolvido pesquisas relacionadas ao processo de “identificação e pertencimento clubístico” e atua como docente da disciplina de Educação Física na Rede Particular de Ensino da cidade de Ponta Grossa – Paraná.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-451-1

